

CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DO CARGO DE**FISCAL DE TRIBUTOS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto abaixo transcrito e, em seguida, responda às questões a ele referentes:

A casa

Um casal amigo se separa e a mulher decide vender a casa. Vai morar com os filhos num apartamento novo. O homem também se instala em outro lugar, igualmente confortável. Ambos estão felizes e satisfeitos com a mudança. Ele já tem uma bonita namorada e ela muito em breve achará novo companheiro. Bem feitas as contas, o prejuízo foi meu, que perdi o terraço. Sim, era um pouco meu aquele pedaço da casa, onde passei bons momentos de férias, desfrutando a brisa atlântica e tomando uísque com água de coco.

Quando anunciaram o desenlace eu quis defender os meus interesses, mas deixei barato e permiti que seguissem o seu destino. Sou um sujeito compreensivo, abri mão do terraço. Fui mais longe em minha generosidade. Renunciei aos livros, discos, garrafas de boa bebida, quarto refrigerado. E abri mão principalmente, sufocando queixas, de uma cálida atmosfera humana, impossível de achar em qualquer hotel cinco estrelas e que o tempo vinha desgastando naquela casa finalmente desfeita, vendida, abandonada. Parece que esse é o destino inexorável de todas as casas. Acabam compradas, trocadas por apartamentos, invadidas por estranhos.

O desmonte foi lento e triste. Vi, nos preparativos da mudança, o descarte de coisas imprestáveis, com o vago sentimento de que também eu estava sendo descartado e deixado para trás como um guarda-chuva quebrado ou um velho objeto empoeirado e sem serventia. Dos moradores, somente minha mulher e eu, que éramos temporários, parecíamos ter saudades. Espiávamos, comovidos, aquelas caixas pardas que se iam fechando, levando um pouco de nós dois dentro delas. Ficava patente que estávamos vivendo o nosso último verão com aquelas pessoas tão queridas, para as quais, entretanto, pouco importava a proximidade do mar, a mangueira plena de frutos, o sudoeste soprando no fim das tardes, o cheiro de terra molhada pela "chuva de caju" nos ensolarados dezembros do Recife.

Tiramos uma fotografia do jardim. Contemplamos gravemente a paisagem líquida e verde que se descortinava no terraço. E vimos o quintal com os mesmos olhos saudosos que, na infância, reparavam os quintais pela última vez, a cada mudança.

Depois desse disfarçado ritual, abraços e beijos na família que nos hospedou. Já dentro do táxi para o aeroporto, arrisco um aceno discreto para a casa. Ela vai ficar ali, esperando novos e desconhecidos moradores. Guardando, em seu silêncio de pedra, noites alegres, festas, risadas, palavras amigas, e tudo mais que de repente se muda do tempo de agora para o cinzento do passado irrecorável. Adeus, acabou.

FALCÃO, Aluizio. *Crônicas da vida boêmia*. Editora Ateliê Editorial. São Paulo: 1998.

1. Qual é o tom predominante no texto?

- a Esperança
- b Repreensão
- c Nostalgia
- d Descrença
- e Otimismo

2. Aponte o personagem central do texto:

- a a mulher que havia se separado
- b o homem que havia se separado
- c os vizinhos
- d o narrador
- e a casa

3. Marque a alternativa **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a A separação do casal foi determinante para o abandono e a venda da casa.
- b O narrador era um dos sócios proprietários da casa.
- c Tudo o que foi lembrado pelo narrador não passava de ilusões e devaneios irreais.
- d Depois da separação, tanto o homem como a mulher haviam reiniciado a vida amorosa.
- e A melhor e mais vantajosa oferta de preço apressou a comercialização da casa.

4. Aponte a palavra que melhor traduz o sentimento que passou a dominar o narrador ao tomar ciência da venda da casa:

- a resignação
- b desamparo
- c acolhimento
- d indignação
- e cólera

5. O texto, predominantemente, é:

- a informativo
- b apologético
- c dissertativo
- d descritivo
- e narrativo

6. Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o texto:

- a O narrador parecia natural e plenamente compreensível a indiferença do casal, ao se desfazer da casa.
- b Há uma espécie de personificação da casa, pela qual o narrador nutria forte sentimento de afeto e cumplicidade.
- c Não era relevante, para o narrador, o fato de a casa ter abrigado momentos memoráveis de conagração humano dos quais ele mesmo havia feito parte.
- d O narrador assimilou, rapidamente e sem lamentações, o novo destino que tinha sido dado à casa.
- e A venda da casa havia sido objeto de ampla negociação e debate do casal amigo com o narrador.

A passagem a seguir servirá de base para as próximas **questões 07 e 08**.

"Sim, era um pouco meu aquele pedaço da casa, onde passei bons momentos de férias, desfrutando a brisa atlântica e tomando uísque com água de coco."

7. De acordo com as regras vigentes de acentuação gráfica, a primeira palavra grifada ("atlântico") é:

- a proparoxítona
- b oxítone terminada em CO
- c paroxítone terminada em O
- d polissílaba tônica
- e oxítone terminada em O

8. De acordo com as normas vigentes no sistema ortográfico da língua portuguesa, a palavra grifada "uísque" contém:

- a encontro consonantal
- b tritongo
- c hiato
- d dígrafo
- e ditongo

9. Releia a passagem e responda: "Tiramos uma fotografia do jardim." Classifique a sentença:

- a frase nominal
- b dupla oração
- c período composto por coordenação
- d período composto por subordinação

e período simples, oração absoluta

10. Releia a passagem e responda: "Um casal amigo se separa e a mulher decide vender a casa." De acordo com as regras de colocação pronominal há, na passagem,:

- a metáfora
- b metonímia
- c próclise
- d ênclise
- e mesóclise

ESPECÍFICA

11. Assinale a alternativa correta:

- a A Constituição Federal de 1988 permite que um tributo possa ser exigido e instituído sem lei que o estabeleça.
- b A Constituição Federal de 1988 permite que se institua tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, não sendo, por conseguinte, proibida distinção qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- c Não é permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os tenha instituído ou o aumentado
- d É permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que ocorreu a publicação da lei que os instituiu ou os aumentou.
- e É permitido utilizar tributo com efeito de confisco.

12. Assinale a alternativa correta

- a É permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, não sendo ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- b É permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- c É permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- d É permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- e É vedado à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a

cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

13. Assinale a alternativa incorreta:

- a** Não é permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- b** É permitido à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- c** Veda-se à União Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- d** A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- e** A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

14. Sobre o ISS assinale a alternativa correta:

- a** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e não sendo de competência do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- b** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de primordialmente de competência dos Estados membros.
- c** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Estado da Paraíba, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- d** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- e** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Estados e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

15. Assinale a alternativa incorreta:

- a** É de competência dos municípios instituir tributos sobre renda, propriedade veicular e propriedade predial e territorial urbana.

- b** É de competência dos municípios instituir tributos sobre propriedade predial e territorial urbana.
- c** É de competência dos municípios instituir tributos sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- d** É de competência dos municípios instituir tributos sobre serviços de qualquer natureza, não incluindo as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- e** O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

16. Assinale a alternativa correta:

- a** O imposto de transmissão *inter vivos* não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, mas incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
- b** O imposto de transmissão *inter vivos* não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, mas incide sobre veículos automotores.
- c** o imposto de transmissão não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, mas incide sobre operações financeiras.
- d** o imposto de transmissão não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
- e** o imposto de transmissão não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, mas incide sobre a importação de produtos.

17. Sobre o ISS é correto afirmar:

- a** Não cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas.
- b** Cabe à lei ordinária fixar as alíquotas máximas e mínimas.
- c** Cabe à lei medida provisória fixar as alíquotas máximas e mínimas.
- d** Cabe ao decreto legislativo fixar as alíquotas máximas e mínimas.
- e** Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas.

18. Sobre o ISS assinale o item correto:

- a** Cabe ao decreto regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- b** Cabe à lei ordinária regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- c** Cabe à lei medida provisória regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- d** Cabe à lei complementar regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- e** Cabe ao decreto legislativo regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

19. Assinale o item incorreto:

- a** O ISS somente pode ser instituído pelo Município.
- b** O ISS pode ser instituído pelo Município e pelo Distrito Federal.
- c** O ISS tem tratamento legal na Lei Complementar Federal n. 116 de julho de 2003.
- d** O ISS tem como contribuinte o prestador de serviço.
- e** O ISS não tem como contribuinte o tomador de serviço.

20. Assinale o item correto:

- a** No imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição compete ao Poder Legislativo Federal determinar a situação do bem.
- b** No imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição compete ao Ministério Público determinar a situação do bem.
- c** No imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição compete sempre à União Federal determinar a situação do bem.
- d** No imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição compete ao Estado da Paraíba determinar a situação do bem.
- e** No imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição compete ao Município determinar a situação do bem.

21. Assinale o item correto:

- a** Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, não limitando ou não disciplinando direito, interesse ou liberdade, não regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, nem referentes à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- b** Não se considera poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- c** Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- d** Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, podendo ser cobrado por meio de imposto.
- e** Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, podendo ser cobrado por meio de contribuição de melhoria.

22. Assinale o item correto:

- a** A contribuição de melhoria cobrada somente pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- b** A contribuição de melhoria cobrada somente pelo Estado da Paraíba, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- c** A contribuição de melhoria cobrada somente pela União, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- d** A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- e** A contribuição de melhoria somente pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, nunca pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

23. Sobre a Contribuição de Melhoria assinale o item correto

- a** A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos: I - publicação prévia dos seguintes elementos: a) memorial descritivo do projeto; b) orçamento do custo da obra; c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição; d) delimitação da zona beneficiada; e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas; II - fixação de prazo inferior a 20 (vinte) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior; III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

- b** A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos: I - publicação prévia dos seguintes elementos: a) memorial descritivo do projeto; b) orçamento do custo da obra; c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição; d) delimitação da zona beneficiada; e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas; II - fixação de prazo inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior; III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.
- c** A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos: I - publicação prévia dos seguintes elementos: a) memorial descritivo do projeto; b) orçamento do custo da obra; c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição; d) delimitação da zona beneficiada; e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas; II - fixação de prazo não inferior a 10 (dez) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior; III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.
- d** A lei relativa à contribuição de melhoria não observará os seguintes requisitos mínimos: I - publicação prévia dos seguintes elementos: a) memorial descritivo do projeto; b) orçamento do custo da obra; c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição; d) delimitação da zona beneficiada; e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas; II - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior; III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.
- e** A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos: I - publicação prévia dos seguintes elementos: a) memorial descritivo do projeto; b) orçamento do custo da obra; c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição; d) delimitação da zona beneficiada; e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas; II - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior; III - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua

apreciação judicial.

24. Pode suspender a exigibilidade do crédito tributário:

- a** a moratória.
- b** o pagamento.
- c** a compensação.
- d** a transação.
- e** a prescrição.

25. Pode extinguir o crédito tributário.

- a** depósito integral do seu montante.
- b** concessão em medida liminar em mandado de segurança.
- c** a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
- d** o parcelamento.
- e** a decadência.

26. Não é modalidade de extinção de crédito tributário:

- a** a conversão de depósito em renda.
- b** a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.
- c** as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- d** a decisão judicial passada em julgado.
- e** a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

27. Assinale o item correto:

- a** A imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- b** A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- c** A imposição de penalidade não ilide o pagamento parcial do crédito tributário.
- d** A imposição de penalidade ilide o pagamento parcial do crédito tributário.
- e** A imposição de penalidade desconstitui a obrigação do pagamento integral ou parcial do crédito tributário.

28. Assinale o item correto:

- a** A isenção e a imunidade excluem o crédito tributário.
- b** A isenção e a anistia não excluem o crédito tributário.
- c** A moratória e a anistia excluem o crédito tributário.
- d** A isenção e a anistia excluem o crédito tributário.
- e** A imunidade e a anistia excluem o crédito tributário.

29. Sobre a isenção assinale o item correto:

- a** A isenção não precisa de tratamento legal para se concedida.

- b** A isenção pode ser constituída, implementada e aplicada unicamente por meio de instrução normativa.
- c** A isenção nunca pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- d** A isenção sempre é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria, assim como aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- e** Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria, assim como aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

30. Assinale o item correto acerca da Fiscalização Tributária:

- a** A legislação tributária, observando os dispositivos legais e limites constitucionais ao poder de tributar, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
- b** A legislação tributária, observando os dispositivos legais e desconsiderando os limites constitucionais ao poder de tributar, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
- c** A legislação tributária, observando os dispositivos legais e limites constitucionais ao poder de tributar, regulará, em caráter geral, mas nunca em caráter específico em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
- d** A legislação tributária, observando os dispositivos legais e limites constitucionais ao poder de tributar, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, sem observar a competência assim como os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.
- e** A legislação tributária, observando os dispositivos legais e limites constitucionais ao poder de tributar, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização mas nunca no que diz respeito à sua aplicação.